



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL
CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – 27ª REGIÃO
CRESS-RR



RESOLUÇÃO CRESS 27ª REGIÃO - RORAIMA Nº 03/2018

Ementa: Dispõe sobre procedimentos para a concessão e autorização de Suprimento de Fundos do Conselho Regional de Serviço Social 27ª Região – Roraima.

A Presidente do CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO RORAIMA no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a criação do Conselho Regional de Serviço Social da 27ª Região, com jurisdição no Estado de Roraima, através da Resolução CFESS nº 853, de 21 de maio de 2018, devidamente publicada no Diário Oficial da União nº 97, de 22 de maio de 2018, Seção 1;

CONSIDERANDO as normas contidas nos artigos 68 e 69 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, no artigo 74, § 3º, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e nos artigos 45 a 47, do Decreto Federal nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986;

CONSIDERANDO que os Conselhos de Fiscalização Profissional devem submeter suas atividades financeiras e patrimoniais às normas e procedimentos relativos à contabilidade pública;

CONSIDERANDO a Resolução CFESS nº 392, de 11 de julho de 1999.

RESOLVE

Art. 1º - Considera-se suprimento de fundos a modalidade de pagamento de despesas permitidas em casos excepcionais ou quando sua realização não possa subordinar-se ao procedimento normal de aquisição.

Art. 2º - Em face do caráter excepcional do suprimento de fundos, a utilização dessa modalidade de pagamento só será efetivada de acordo com as disposições desta resolução.

Art. 3º - São passíveis de realização por meio de suprimento de fundos:

I – As despesas de pequeno vulto que exijam pronto pagamento em espécie, previstas nas rubricas de materiais de consumo, serviços e encargos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL
CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – 27ª REGIÃO
CRESS-RR



II – Outras despesas urgentes e inadiáveis, autorizadas e justificadas pelos ordenadores de Despesas, em virtude da inviabilidade de sua realização pelo processo normal de despesa pública.

Art. 4º - O limite de cada suprimimento para as despesas previstas no art. 3º será de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais).

Parágrafo único: O valor máximo de cada despesa realizada através do Suprimento de Fundos será de R\$ 400,00 (Quatrocentos reais).

Art. 5º - Para cada Suprimento de Fundos concedido, será obrigatoriamente constituído um processo administrativo específico para conduzir o assunto, o qual será encerrado somente com a prestação de contas daquele suprimento.

Parágrafo único: A concessão de Suprimento de Fundos far-se-á através de transferência on-line ou cheque nominativo ao suprido (Funcionários), emitido pelo Presidente e 1º Tesoureiro.

Art. 6º - Os Suprimentos de Fundos concedidos serão contabilizados a débito do titular responsável, até que a respectiva prestação de contas seja realizada e aprovada pelos Ordenadores de Despesas deste CRESS 27ª Região – Roraima.

Art. 7º - Não poderá ser concedido Suprimento de Fundos a:

- I – Responsáveis por dois Suprimentos;
- II – em atraso na prestação de contas de suprimento;
- III – que não esteja em efetivo exercício;
- IV – Ordenador de Despesa;
- VII – que esteja respondendo a inquérito administrativo ou declarado em alcance.

Art. 8º - Do ato de concessão de Suprimento de Fundos deverão constar:

- I – a data de concessão;
- II – o valor do suprimento;
- III – o período de aplicação e,
- IV – o prazo de prestação de contas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL
CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – 27ª REGIÃO
CRESS-RR



Art. 9º – Nenhum Suprimento de Fundos poderá ser concedido para aplicação em período superior a 30 (trinta) dias.

Art. 10º - A prestação de contas dos Suprimentos de Fundos é feita perante o gestor da contabilidade do Conselho, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da efetivação de cada Suprimento e mediante o registro das despesas e entrega dos comprovantes na forma regulamentar e legal.

Paragrafo primeiro: As despesas feitas por meio de Suprimento de Fundos, desde que não impugnadas pelos Ordenadores de Despesas, serão escrituradas e incluídas na contabilidade.

Paragrafo segundo: Quando impugnadas, deverão os Ordenadores de Despesas determinar imediatas providências administrativas para a apuração das responsabilidades.

Art. 11º - As restituições por falta de aplicação, parcial ou total, ou por aplicação indevida, serão feitas à conta deste Regional, mediante depósito bancário identificado, constituindo-se em anulação de despesa.

Paragrafo único: As restituições de que trata este artigo deverão ser efetuadas pelo suprido até o prazo limite de comprovação.

Art. 12º - Havendo imperiosa necessidade de um terceiro Suprimento de Fundos, antes do cumprimento do disposto no Art. 6º “Infine”, o Presidente, em caráter excepcional, poderá autorizá-lo.

Art. 13º - A responsabilidade do suprido, perante os Ordenadores de Despesas, é plena e somente cessará em relação a um suprimento, depois de aprovada a prestação de contas.

Paragrafo único: Da aprovação de que trata este item, resultará crédito contábil do responsável por suprimento implicando quitação do mesmo.

Art. 14º - A presente Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Boa Vista, 13 de novembro de 2018.


Lucia Maria Guimarães dos Santos
Presidente do CRESS/RR – 27ª Região